Bolsas
Na sexta-feira
0,92% São Paulo
0,41% Nova York

Pontuação B3
Ibovespa nos últimos dias
100.998 — 98.829
21/3 22/3 23/3 24/3

Dólar
Na sexta-feira
R$ 5,251
(- 0,74%)

Últimos	
20/março	5,243
21/março	5,245
22/março	5,237
23/março	5,290

Salário mínimo
R$ 1.302

Euro
Comercial, venda na sexta-feira
R$ 5,651

CDI
Ao ano
13,65%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)
13,65%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Outubro/2022	0,59
Novembro/2022	0,41
Dezembro/2022	0,62
Janeiro/2023	0,53
Fevereiro/2023	0,84

GOVERNO

Chance de acordo para o consignado

Comissão coordenada pelo Ministério da Fazenda se reúne com a cúpula da Febraban a fim de reverter a suspensão das linhas de crédito. Há possibilidade de um entendimento. Haddad sinaliza possíveis mudanças nas regras de empréstimos

» HENRIQUE LESSA

A suspensão do empréstimo consignado para beneficiários do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) atravessou a semana ainda sem um acordo, apesar das diversas conversas ocorridas nos últimos dias entre ministros do presidente Lula, além de emissários do governo federal com o setor financeiro. Uma reunião do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), marcada para a próxima terça-feira, pode solucionar o impasse que colocou o governo federal contra os bancos.

Ontem, em São Paulo, integrantes do governo se reuniram com a cúpula da Federação dos Bancos (Febraban). O encontro ocorreu no escritório do Ministério da Fazenda em São Paulo. Foi coordenado pelo secretário-executivo da pasta, Gabriel Galípolo. Também estavam presentes integrantes do grupo de trabalho multiministerial para tratar do problema do consignado e representantes dos bancos, incluindo o presidente da entidade, Isaac Sidney.

Em comunicado, a entidade avaliou de forma positiva o encontro, mas indicou que o acordo ainda não está fechado. "A Febraban participou de mais uma rodada de conversas no âmbito do grupo de trabalho coordenado pela Fazenda, e as propostas dos dois lados agora estão mais próximas", informou a Febraban.

A dificuldade em se resolver o impasse com os empréstimos consignados a aposentados contrasta com o otimismo do ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa. No início da semana ele chegou a prometer uma solução até sexta-feira — o que não ocorreu. Ontem, a pasta informou que "as tratativas no âmbito do governo serão retomadas na semana que vem".

> **A Febraban participou de mais uma rodada de conversas no âmbito do grupo de trabalho coordenado pela Fazenda, e as propostas dos dois lados agora estão mais próximas"**
>
> ***Nota da Febraban,*** *divulgada ontem, sobre o empréstimo consignado para aposentados*

Costa passou a semana atuando na redução de danos da decisão da Previdência. No último dia 13, o CNPS, presidido pelo ministro da Previdência, Carlos Lupi, alterou o teto dos juros nos empréstimos consignados da Previdência de 2,14%, para 1,70% ao mês. Imediatamente, bancos privados e até o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal suspenderem as operações com essa linha de crédito. Ante a crise, o governo começou um esforço para rever a decisão unilateral da Previdência.

Segundo estimativas do ministro da Casa Civil, a negociação apontaria para o estabelecimento de um novo teto de 2% ao mês para esses contratos. Técnicos que acompanham as discussões afirma, em caráter reservado, que os bancos públicos, Caixa e Banco do Brasil já sinalizaram que poderão reabrir a linha com um teto mínimo de 1,85%. Mas os privados insistem em ao menos 2,05%.

Reformas

Também envolvido na tentativa de superar o impasse, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que o grupo de trabalho multiministerial tem identificado problemas maiores que a taxa de juros. Ele indicou que outras mudanças no crédito podem ser implementadas pelo governo.

"O rotativo do consignado é uma coisa que preocupa muito, porque muitas famílias não estão conseguindo sair do rotativo do consignado", comentou o ministro. "Então, nós estamos levantando esse e outros problemas para dar um encaminhamento", acrescentou, após a reunião do conselho político no Palácio da Alvorada.

Haddad também afirmou que muitas instituições financeiras já ofertam o crédito com taxas iguais ou menores que 2% ao mês. Mas questionado sobre a reunião do CNPS da próxima terça-feira, fez questão de ressaltar que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva terá a palavra final sobre o tema, mesmo durante a viagem à China.

Haddad disse que estará com o presidente, mas em contato com o Brasil. "A gente vai tá em contato com aqui (o Brasil), né? Então, eu vou estar lá com ele (Lula), não tem problema nenhum", concluiu o ministro.

Batalha para aprovar reajuste

» ROSANA HESSEL

O governo federal oficializou o acordo para o reajuste linear de 9% aos servidores federais, em curtíssimo espaço de tempo, após a reabertura da Mesa Nacional de Negociação Permanente, no início de fevereiro. A ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (SGI), Esther Dweck, classificou o resultado como "histórico" e disse que vai negociar a aprovação do reajuste no Congresso. Anunciou, ainda, ao comentar o novo arcabouço fiscal, que a nova regra não deverá propor redução do Estado.

O percentual de aumento dos servidores do Executivo é menor do que os concedidos para os demais poderes. No Judiciário, a correção foi de 18%, escalonado em quatro parcelas ao longo de 2023 e 2024. E, no Legislativo, o Congresso aprovou, para as duas casas, um reajuste de 19,25% escalonado em três anos.

Segundo o termo do acordo nº 1/2023 firmado pelo governo e pelas centrais sindicais, o aumento para todas as categorias do funcionalismo será pago a partir de maio. Prevê também um reajuste de R$ 200 no auxílio alimentação, para R$ 658. Estabelece, ainda, a definição de um cronograma para novas negociações da Mesa para o Orçamento do próximo ano, a partir de maio, e o comprometimento do governo para negociar, junto ao Congresso Nacional, a retirada da pauta da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 32/2020 — que trata da reforma administrava desenhada pelo governo Jair Bolsonaro (PL).

"Esse é um momento histórico", comemorou a ministra Esther Dweck, em referência ao acordo. É a primeira negociação concluída entre o Executivo e sindicatos desde 2016. "Sabemos que a pauta sindical não tem fim. Mas é uma pauta importante e vamos continuar mantendo o diálogo", assegurou Dweck.

A ministra disse que pretende negociar pessoalmente com os líderes no Congresso para acelerar a aprovação dos dois textos, que podem tramitar em conjunto. A ideia é que, até o fim de abril, a matéria seja aprovada para que os pagamentos ocorram na folha do mês seguinte.

"Vamos ter que fazer uma discussão com os líderes, todos. E também estamos dispostos a discutir no Congresso. É claro que o Congresso tem toda autonomia, mas como foi aprovado, no final do ano passado, os reajustes dos servidores dos outros Poderes, acho que a gente terá um bom entendimento no Congresso para que esse projeto também tenha uma certa celeridade", avaliou.

A ministra destacou que, além de marcar a retomada do diálogo do governo federal com os servidores do Executivo, o acordo é um marco "para corrigir uma injustiça feita no fim do ano passado". "Todos os demais Poderes tiveram reajuste, menos o Executivo federal", ressaltou.

Novas rodadas

Rudinei Marques, do Fonacate, elogiou o esforço do governo e das entidades para fecharem o acordo "em tempo recorde", apesar do percentual abaixo das perdas com a inflação. Ele lembrou que o termo garante um ajuste anualizado de R$ 16 bilhões para o próximo Orçamento, mas as categorias querem voltar à Mesa para negociar um novo acordo assim que ela for reaberta.

Fontes do governo têm sinalizado um reajuste plurianual, mas Marques considera que, como a economia está desacelerando e não deverá crescer mais de 1% neste ano, conforme as projeções do mercado, é preciso cautela.. "Talvez antes da retomada do crescimento econômico não seja possível nem aconselhável uma negociação de um acordo plurianual", disse.

Marques também demonstrou preocupação com o curto espaço de tempo que haverá para a retomada das negociações de reajuste para o Orçamento do ano que vem, pois o termo prevê a definição do novo cronograma de reuniões a partir de maio e o prazo para o envio do Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) ao Congresso até dia 31 de agosto. Para prever o pagamento do reajuste em 2024, o governo precisará incluir uma previsão de gasto com essa finalidade na peça orçamentária.

A mesa de negociação atual teve três rodadas e, na avaliação de Marques, foi "a mais rápida da história do funcionalismo federal". "Houve um gesto de boa vontade de ambas as partes", avaliou.

Ed Alves/CB/DA.Press



Nisia Trindade, Esther Dweck e Marcio Macedo: três ministros reunidos para mostrar a consideração do governo com servidores públicos

Dweck: regra não reduz Estado

Durante a cerimônia de assinatura do termo do acordo, sindicalistas demonstraram preocupação com o arcabouço fiscal, a ser anunciado em abril pelo governo. Eles externaram o receio de a nova regra impedir novos reajustes dos servidores e defenderam a desvinculação dos reajustes à necessidade do ajuste fiscal. "O novo marco fiscal não pode ser o tigrão para perseguir o trabalhador", frisou Sérgio Ronaldo, presidente do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasef).

Em resposta, a ministra Esther Dweck afirmou que a nova proposta é coerente com a diretriz do governo de valorizar o servidor público. "A nova regra vai ter uma preocupação com a garantia das políticas e os servidores públicos são parte das políticas públicas", comentou. "Como toda regra, (o arcabouço) vai ter, claro, uma limitação fiscal. Mas não vai ser uma regra que impõe uma redução de Estado, como estava acontecendo com o teto de gastos", ponderou a ministra.

Lotação da Funasa

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) definiu a nova lotação dos servidores e empregados públicos da extinta Fundação Nacional de Saúde (Funasa). A decisão foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União (DOU) de quinta-feira (23).

Os trabalhadores vão compor o quadro de pessoal de três ministérios: no MGI, no Ministério das Cidades (MCID) e no Ministério da Saúde (MS), conforme especificado nas listas nominais dos anexos da portaria. Ao todo, cerca de 1,6 mil servidores ativos e 23 mil aposentados e pensionistas no quadro da Funasa farão a migração.

Os profissionais que quiserem solicitar uma revisão da lotação proposta pela Administração, por meio da Central Sipec (Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal), com a justificativa devidamente fundamentada, precisam encaminhar o pedido até o dia 31 deste mês. Posteriormente, as decisões serão encaminhadas diretamente aos interessados, de acordo com a nota do MGI.

A portaria estabelece, no entanto, que os servidores e empregados públicos que tenham solicitado a revisão de lotação devem entrar em exercício na data de publicação da norma, no órgão indicado, até que seja publicada a decisão do Sipec, sistema de gestão dos servidores.

"No caso de alteração de lotação dos servidores e empregados públicos que tiverem seus pedidos de revisão deferidos, fica delegada ao Secretário de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho do MGI a competência para a edição do ato", acrescentou o comunicado.

"A Portaria do MGI buscou dar tratamento à situação de cada servidor ou empregado, no interesse da administração e com a melhor oportunidade de aproveitamento dessa força de trabalho qualificada, que continuará a desempenhar as suas atribuições e a contribuir para a execução das políticas públicas do país", completou a nota. (**RH**)